



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 6248

**Presidente da Mesa Diretora:** Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Criação de unidades municipais, conselhos, comissões, cargos, consultoria jurídica, serviços, salas, núcleos, projetos culturais e outros

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 27/05/2008

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 166/2008. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Geração de Renda de Montes Claros; revoga o Decreto nº 1.516, de 06/12/1995. (Referente à Lei nº 3.999, de 18/07/2008).

**Controle Interno – Caixa:** 7.1

**Posição:** 22

**Número de folhas:** 16

---

Espécie: PL  
Categoria: Cria  
nº: 7.1  
Ordem: 22  
nº fls: 14



99/2008

08.07.2008

## Câmara Municipal de Montes Claros

### PROJETO DE LEI Nº 166 /2008

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

“Dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Geração de Renda de Montes Claros”.

#### MOVIMENTO

Entrada em – 27/05/2008

Comissão de Legislação e Justiça

- 1 - VISTAS POR 3 PÁGS. EM 17.06.2008
- 2 - ARQUIVADO EM 19.06.2008
- 3 - EM 24.06.2008
- 4 - ARQUIVADO EM 19.07.2008
- 5 - ARQUIVADO EM REGIME DE URGÊNCIA
- 6 - Cria em 08.07.2008
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.  
PROCURADORIA JURÍDICA



Montes Claros, 12 de maio de 2.008

Ofício nº: PJ/ 050 /2.008

Assunto: Encaminha Projeto de Lei

Serviços: Procuradoria Jurídica

Senhor Presidente;

Temos a honra de encaminhar a V. Exa o incluso Projeto de Lei que “cria o Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Geração de Renda”, ao qual incumbe deliberar em caráter permanente sobre as Políticas Públicas de fomento e apoio à geração de trabalho, emprego e renda e à qualificação profissional no Município.

Na certeza de que o Projeto de Lei é relevante, acreditamos que V. Exa. e os seus pares certamente o aprovarão na íntegra.

Neste ensejo, renovamos ao nobre Presidente e aos demais ilustres vereadores nossos protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

  
Athos Avelino Pereira  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr. Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

DD. Presidente da Câmara Municipal

Nesta

28/05/08

KSR da Soledade

16:30h





MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.

PROCURADORIA JURÍDICA



PROJETO DE LEI Nº **166** /2.008.

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO, EMPREGO E GERAÇÃO DE RENDA DE MONTES CLAROS**

O Povo do Município de Montes Claros, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica criado junto à Secretaria Municipal de Políticas Sociais o Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Geração de Renda, ao qual incumbe deliberar em caráter permanente sobre as Políticas Públicas de fomento e apoio à geração de trabalho, emprego e renda e à qualificação profissional no Município.

**Art. 2º** - Compete ao Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Geração de Renda:

**I** - propor aos órgãos públicos e entidades não governamentais, inclusive acadêmicas e de pesquisas, programas, projetos e medidas efetivas que visem a minimização dos impactos negativos do desemprego conjuntural e estrutural sobre mercado de trabalho do Município;

**II** - elaborar e apreciar projetos de geração de trabalho, emprego e renda e de qualificação profissional no Município;

**III** - propor programas, projetos e medidas que incentivem o associativismo e a auto-organização como forma de enfrentar o impacto do desemprego nas áreas urbana e rural do Município;

**IV** - identificar e indicar, obrigatoriamente, à Secretaria Executiva do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Geração de Renda no Estado de Minas Gerais – CETER/MG e às Instituições Financeiras, por meio de Resolução, as áreas e setores prioritários do município, para alocação de recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalho), no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda;

**V** - proceder ao acompanhamento da utilização dos recursos públicos utilizados na geração de trabalho, emprego e renda e na qualificação profissional no município, priorizando os oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, propondo as medidas que julgar necessárias para melhoria do desempenho das Políticas Públicas;

**Art. 3º**- O Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Geração de Renda tem composição tripartite, constituída por 15 (quinze) membros titulares e 15 (quinze) suplentes, com direito a voto, pela representação dos trabalhadores, dos empregadores e do poder público, da seguinte forma:

**I** - representantes dos trabalhadores:

a) Sindicato dos Empregados no Comércio de Montes Claros – SECOMOC;

b) Sindicato dos trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Matérias Químicas de

Montes Claros;

c) Central Única dos trabalhadores – CUT;





MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.  
PROCURADORIA JURÍDICA



Claros.

- d) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Montes Claros;
- e) Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Montes

**II – representantes dos empregadores:**

- a) Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG;
- b) Associação Comercial e Industrial de Montes Claros – ACI;
- c) Câmara dos Diretores Lojistas – CDL;
- d) Sociedade Rural de Montes Claros;
- e) Sindicato das Indústrias do Vestuário do Norte de Minas – SINDIVEST.

**III - representantes do Poder Público:**

- a) Secretaria Municipal de Políticas Sociais;
- b) Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer;
- c) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- d) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes – SEDESE;
- e) EMATER (Assistência Técnica e Extensão Rural).

§ 1º - Cada representante efetivo terá um suplente e o mandato de até 03 (três) anos.

§ 2º - Os membros do Conselho serão investidos na função de Conselheiros (titular e suplente) através de Portaria de nomeação, pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, após a indicação pelos órgãos e pelas entidades representados.

§ 3º - O Conselho será presidido por um de seus membros, eleito para um mandato de 12 (doze) meses, observado, na sua sucessão, o sistema de rodízio entre as bancadas dos trabalhadores, dos empregadores e do governo.

§ 4º - O Conselho poderá organizar-se em câmaras que convocarão, para a sua assessoria, entidades representativas dos trabalhadores, dos empregadores e do governo que tenham afinidade com a sua atribuição específica, respeitado o caráter paritário dessa participação.

**Art. 4º.** O exercício da função de conselheiro(a) titular ou suplente, bem como as funções dos membros da mesa diretora é considerado de interesse público relevante, portanto, não farão jus a quaisquer remunerações ou vínculo empregatício.

**Art. 5º.** Poderão participar das reuniões do Conselho autoridades, técnicos, estudantes, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como outros técnicos, sempre que da pauta constar temas de suas áreas de atuação para dirimir dúvidas, prestar informações e participar de reuniões, sem direito a voto.





CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 27 DE MAIO DE 2008  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM 1ª VOTAÇÃO POR  
\_\_\_\_\_  
EM 01 DE ABRIL DE 2008  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM \_\_\_\_ VOTAÇÃO POR  
RÉGIME DE URGENCIA  
EM 08 DE ABRIL DE 2008  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.  
PROCURADORIA JURÍDICA



**Art. 6º.** O Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Geração de Renda promoverá uma Conferência anual, para a qual serão convocadas as entidades envolvidas no processo de geração de emprego e renda e qualificação profissional, aí incluídos outros Conselhos Municipais e das Microrregiões.

**Art. 7º.** O Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Geração de Renda terá uma Secretaria Executiva, à qual compete as ações de cunho operacional demandadas pelo Conselho e o fornecimento das informações necessárias às suas deliberações.

**Parágrafo Único** - A Secretaria Executiva do Conselho será exercida por representante da Secretaria Municipal de Políticas Sociais, preferencialmente o responsável pela operacionalização do Sistema Nacional de Emprego no Município, quando este existir.

**Art. 8º.** O Município assegurará à Secretaria Municipal de Políticas Sociais recursos suficientes para garantir a estrutura física e a de pessoal necessários à implantação e ao funcionamento do Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Geração de Renda de Montes Claros e de sua Secretaria Executiva.

**Art. 9º.** O Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Geração de Renda elaborará seu Regimento Interno, observando as normas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT e do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Geração de Renda no Estado de Minas Gerais – CETER/MG, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

**Art. 10.** O Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Geração de Renda absorverá as funções da Comissão Municipal de Emprego de Montes Claros, criada pelo Decreto n.º 1.516 de 06 de dezembro de 1.995.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 1.516, de 06 de dezembro de 1.995.

Município de Montes Claros, 12 de maio de 2.008.

  
**Athos Avelino Pereira**  
Prefeito Municipal





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 166/2008 QUE “ Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Geração de Renda de Montes Claros.”, de autoria do Executivo Municipal.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sob comento cria o Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Geração de Renda de Montes Claros.


A criação de Conselhos Municipais, nos termos do art. 51, inc. III, da LOM, é de iniciativa exclusiva do Prefeito, ou seja, do Executivo.

Não se vislumbra nenhuma ilegalidade no referido projeto ou mesmo em seu objetivo.

Em face ao exposto, somos de parecer que o Projeto de Lei é legal e constitucional, e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 29 de maio de 2008.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78.605





**Câmara Municipal de Montes Claros - MG**  
**SALA DAS COMISSÕES**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 166/2008**

**AUTOR: Executivo Municipal**

**MATÉRIA: Dispõe sobre a Criação de Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Geração de Renda de Montes Claros.**

**I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 27/05/2008, com entrada na Sala das Comissões no dia 29/05/2008.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto tem trata de matéria que cria o Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Geração de Renda de Montes Claros.

De acordo com o art. 1º do PL a finalidade do referido Conselho é deliberar em caráter permanente as Políticas Públicas de fomento e apoio à geração de renda de trabalho, emprego e renda e à qualificação profissional no Município.

Nos termos do art. 51 III c/c art. 86 da Lei Orgânica Municipal, cabe ao Poder Executivo a criação de Conselhos Municipais, que tem por finalidade auxiliar a Administração na análise, no planejamento e na decisão de matérias de sua competência.

Sendo assim, a Comissão entende que a proposição em análise, não incide em vício de iniciativa e não fere normas legais e ou constitucionais.

**III – CONCLUSÃO**

Ante ao exposto, esta Comissão, conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Lei e que o mesmo atende à forma técnica de Redação.

Sala das Comissões, 02 de JUNHO de 2008.

Presidente – Ver. Antônio Silveira de Sá: \_\_\_\_\_

Vice- Presidente- Ver. Eurípedes Xavier Souto: \_\_\_\_\_

Relator: Ver. Ademar de Barros Bicalho: \_\_\_\_\_



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## EMENDA AO PROJETO DE LE Nº 166, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO, EMPREGO E GERAÇÃO DE RENDA DE MONTES CLAROS.

Alterada a redação do artigo.3º do referido projeto de Lei, acrescenta alíneas "f" ao Inciso I, alínea "f" ao Inciso II e alínea "f" do Inciso III, do referido artigo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 3º - O Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Geração de Renda tem composição tripartite, constituída por 18 ( dezoito ) membros titulares e 18 ( dezoito ) suplentes, com direito a voto, pela representação dos trabalhadores, dos empregadores e do poder público, da seguinte forma:**

**I- representantes dos tralhadores:**

- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f) Conselho Municipal do Idoso;

**II - representantes dos empregadores:**

- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f) representante do SENAC

**III - representantes do Poder Pblico:**

- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f) da Câmara Municipal de Montes Claros

Sala das Reuniões da Câmara Municipal, 02de junho008

Vereador - Aurindo José Ribeiro





**Câmara Municipal de Montes Claros - MG**  
**SALA DAS COMISSÕES**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE EMENDA PROJETO DE LEI Nº 166/2008**

**AUTOR: Aurindo José Ribeiro**

**MATÉRIA: Dispõe sobre a Criação de Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Geração de Renda de Montes Claros.**

**I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 03/06/2008, com entrada na Sala das Comissões no dia 04/06/2008.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto tem trata de matéria que altera o artigo 3º do PL 166/2008, cria o Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Geração de Renda de Montes Claros.

Com a alteração acrescenta-se ao segmento I - representantes dos trabalhadores, o Conselho Municipal de Idoso, ao segmento II- representantes dos empregadores, o representante do SENAC, ao segmento III- representantes do Poder Público, a Câmara Municipal de Montes Claros.

Esta Comissão verifica que a proposição em análise, não incide em vício de iniciativa e não fere normas legais e ou constitucionais.

**III – CONCLUSÃO**

Ante ao exposto, esta Comissão, conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Lei e que o mesmo atende à forma técnica de Redação.

Sala das Comissões, 04 de 06 de 2008.

Presidente – Ver. Antônio Silveira de Sá: \_\_\_\_\_

Vice- Presidente- Ver. Eurípedes Xavier Souto: \_\_\_\_\_

Relator: Ver. Ademar de Barros Bicalho: \_\_\_\_\_





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 166/2008 QUE “DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO, EMPREGO E GERAÇÃO DE RENDA DE MONTES CLAROS.”, de autoria do Vereador Aurindo José Ribeiro.**


Emenda enviada à Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

A Emenda em comento tem por escopo alterar a redação do Art. 3º do projeto em comento, momento em que não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou vício de iniciativa.

Assim, somos de parecer que a emenda é legal, constitucional e atende a forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 04 de junho de 2008.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78.605



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Emenda ao Projeto de Lei Nº 166/2008, que “DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO, EMPREGO E GERAÇÃO DE RENDA DE MONTES CLAROS.”

## EMENDA

A alínea C do Inciso I do Artigo 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 3º - ...

I - ...

a) ...

b) ...

c) Um representante das centrais sindicais existentes no município, em sistema de rodízio.

d) ...

e) ...

Sala das Sessões, 03 de junho de 2008.

  
**Vereador Lipa Xavier**  
**PCdoB**





**Câmara Municipal de Montes Claros - MG**  
**SALA DAS COMISSÕES**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE EMENDA PROJETO DE LEI Nº 166/2008**

**AUTOR: Eurípedes Xavier Souto**

**MATÉRIA: Dispõe sobre a Criação de Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Geração de Renda de Montes Claros.**

**I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 03/06/2008, com entrada na Sala das Comissões no dia 04/06/2008.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto tem trata de matéria que altera o artigo 3º do PL 166/2008, cria o Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Geração de Renda de Montes Claros.

Com a alteração, o autor propõe a substituição, no segmento I – representante dos trabalhadores - do representante da Central Única dos Trabalhadores por um representante das centrais sindicais existente no município, em sistema de rodízio.

Sendo assim, esta Comissão verifica que a proposição em análise, não incide em vício de iniciativa e não fere normas legais e ou constitucionais.

**III – CONCLUSÃO**

Ante ao exposto, esta Comissão, conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Lei e que o mesmo atende à forma técnica de Redação.

Sala das Comissões, 04 de 06 de 2008.

Presidente - Ver. Antônio Silveira de Sá: A. Silva  
Relator - Ver. Ademar de Barros Bicalho: [Assinatura]  
Suplente – Athos Mameluque Mota: [Assinatura]





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 166/2008 QUE “DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO, EMPREGO E GERAÇÃO DE RENDA DE MONTES CLAROS.”, de autoria do Vereador Lipa Xavier.**

Emenda enviada à Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

A Emenda em comento tem por escopo alterar a redação do Art. 3º do projeto em comento, momento em que não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou vício de iniciativa.

Assim, somos de parecer que a emenda é legal, constitucional e atende a forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 04 de junho de 2008.

Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78.605



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

*Mandato Popular Lipa Xavier*

*Comissão*

*Almeida*  
*08/07/08*

## EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 166/2008, QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO, EMPREGO E GERAÇÃO DE RENDA DE MONTES CLAROS"

### EMENDA

A Alínea B do Inciso I do Artigo 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 3º - ...

I - ...

- a) ...
- b) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Montes Claros
- c) ...
- d) ...
- e) ...

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 17 de junho de 2008

  
Vereador Lipa Xavier  
PCdoB



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 166/2008 QUE “DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO, EMPREGO E GERAÇÃO DE RENDA DE MONTES CLAROS.”, de autoria do Vereador Lipa Xavier.**

Emenda enviada à Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

A Emenda em comento tem por escopo alterar a redação do Art. 3º do projeto em comento, momento em que não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou vício de iniciativa.

Assim, somos de parecer que a emenda é legal, constitucional e atende a forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 18 de junho de 2008.

Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78.605